

SECRETARIA DE ESTADO DE GEOLOGIA E MINAS

Decreto executivo conjunto n.º 38/92 de 21 de Agosto

Considerando a necessidade de se proceder a trabalhos de acompanhamento e fiscalização no domínio da execução da actividade Mineira e com objectivo de se tomarem medidas oportunas que levem os detentores de licença de prospecção e títulos de exploração ao cumprimento das obrigações daí inerentes;

Nos termos da 2ª parte do artigo 69.º da Lei Constitucional, determino:

ARTIGO 1.º

São estabelecidas normas para o acompanhamento e a fiscalização das actividades Geológicas e Mineiras, assim como as penalizações na falta de cumprimento das disposições da Lei de Minas em vigor, que se fazem publicar em anexo e delas faz parte integrante.

ARTIGO 2.º

Este decreto executivo entra imediatamente em vigor.

NORMAS DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE GEOLÓGICA E MINEIRA E DAS PENALIZAÇÕES

CAPÍTULO I

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

ARTIGO 1.º

Da fiscalização

1. Os trabalhos de prospecção dos recursos minerais só podem ser levados a cabo mediante a concessão pelo Secretário de Estado de

Geologia e Minas, de Licença de Prospeção ou Título de Exploração e sendo estas sujeitas à fiscalização dos Serviços Geológicos de Angola (SEGEO), e da Direcção Nacional de Minas (DNM), independentemente do que por lei couber a outras entidades, obrigando-se os detentores da licença ou títulos colocar à disposição da fiscalização todos os elementos de que carece para o desempenho das suas funções.

2. Os detentores da Licença ou Título de Exploração ficarão sujeitos à Lei de Minas e demais diplomas legais aplicáveis, obrigando-se a facultar livre acesso dos representantes credenciados do SEGEO nas instalações onde exerçam a sua actividade.

ARTIGO 2.º

1. Os inspectores do SEGEO ou da DNM serão obrigados a velar pela observância das normas que regulam a actividade geológica e mineira, participar superiormente as infracções e faltas ocorridas, guardando sigilo profissional sobre os dados e elementos de que tomem conhecimento em virtude das suas funções.
2. Os detentores de Licença de Prospeção ou Títulos de Exploração lavrarão auto das suas visitas num livro especial que deverá existir na mina ou área de concessão, conforme as actividades desenvolvidas, rubricado pelo Director do SEGEO ou da DNM, podendo os referidos inspectores intimar, se for caso disso, os detentores da Licença ou Título para as modificações que entendam sujeitar-se a exploração ou prospeção, a fim de melhor garantir a segurança dos trabalhadores, e melhor conhecimento ou aproveitamento do jazigo.
3. Os elementos e relatórios necessários ao exercício da fiscalização devem ser entregues aos serviços do SEGEO ou da DNM sempre que solicitado no prazo máximo de 15 dias, salvo se for diferentemente estabelecido nos contratos de concessão.

ARTIGO 3.º

Recurso

1. Das intimações efectuadas pelos inspectores, haverá recurso hierárquico para a director do SEGEO ou da DNM, deste para o Secretário de Estado de Geologia e Minas, qualquer deles a interpor no prazo de 15 dias.
2. Os inspectores apresentarão ao seu respectivo chefe relatórios circunstanciados das visitas efectuadas descrevendo neles a situação e o estado dos trabalhos realizados pelos concessionários em comparação com o dos meses, anos e visitas anteriores, indicando todas as circunstâncias e factos que esclareçam a forma como prosseguem a exploração ou a prospecção dos recursos minerais, quer sob o aspecto relacionado com a protecção do ambiente e outros afins à actividade geológico-mineira.

CAPÍTULO II

DAS PENALIZAÇÕES

ARTIGO 4.º

Penalizações

1. Se o concessionário praticar algum acto tendente a lesar dolosamente o Estado de receitas a que tem direito, com violação das disposições do contrato ou lei geral, este pagará uma multa correspondente ao dobro da receita que se prove ser-lhe devida, e em caso de reincidência será revogado o contrato com perda de todos os direitos mineiros, sem prejuízo das demais sanções previstas por lei.
2. A falta do livro de autos no local de trabalhos e o não cumprimento das modificações intimadas implicará uma multa de NKz 500.000.00 a NKz 5.000.000.00, que duplicará em caso de reincidência.

3. O não cumprimento do prazo previsto no n.º 3, artigo 2.º, salvo em caso de força maior implicará uma multa de NKz 500.000.00 que deverá ser paga no prazo de 30 dias a partir da data da notificação pelo SEGEO ou pela DNM, findo o qual a multa sofrerá a taxa de 3% dia até à data do pagamento, para além das demais, considerando a gravidade de cada caso.
4. Toda e qualquer pessoa ou entidade singular ou colectiva que for encontrada pelos representantes do SEGEO ou da DNM, a prospectar ou explorar recursos minerais sem ser detentor de licença de Prospeção ou Título de Exploração ou com validade expirada estarão sujeitos ao pagamento de uma multa de NKz 5.000.000.00 a NKz 100.000.000.00, para além das sanções legais aplicáveis em cada caso.
5. No caso de concessionário ser intimado sobre irregularidades em relação aos direitos de exploração o detentor do título terá 30 dias para a regularização da situação, caso contrário ficará sujeito a outras sanções, inclusive a da não renovação.

COMISSÃO PERMANENTE DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 12-B/96 de 24 de Maio

Tendo em conta as especificidades do sector mineiro, nomeadamente o facto de nas diversas fases de prospecção, pesquisa, reconhecimento, exploração e tratamento, serem utilizados equipamentos e materiais não produzidos no País;

Considerando ser razoável desonerar as importações de tais bens essenciais à actividade, estabelecendo um regime aduaneiro especial que, entretanto salvaguarde formas adequadas de fiscalização;

Nos termos das disposições combinadas da alínea h) do artigo 110.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte: